

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA COORDENAÇÃO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM LETRAS A
DISTÂNCIA

JOSINEIDE GOMES DOS SANTOS PEREIRA

REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PARA OS
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

JOÃO PESSOA,

2022

JOSINEIDE GOMES DOS SANTOS PEREIRA

REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PARA OS
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Artigo apresentado como
requisito parcial para a conclusão do
Curso de Licenciatura em Letras a
Distância.

Orientadora: Professora MsC.
Kaline Brasil Pereira Nascimento

JOÃO PESSOA,
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha do IFPB, *campus* João Pessoa

P436r Pereira, Josineide Gomes dos Santos.

Reflexões sobre acessibilidade arquitetônica para os alunos com deficiência / Josineide Gomes dos Santos Pereira. – 2022.
26 f. : il.

TCC (Graduação – Licenciatura em Letras a Distância) – Instituto Federal de Educação da Paraíba / Coordenação do Curso de Letras a Distância, 2022.

Orientação : Prof^a Ma. Kaline Brasil Pereira Nascimento.

1. Acessibilidade arquitetônica. 2. Inclusão. 3. Educação. 4. Deficiente. 5. Adaptação. I. Título.

CDU 72.051:376(043)

Lucrecia Camilo de Lima
Bibliotecária – CRB 15/132

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSINEIDE GOMES DOS SANTOS PEREIRA

REFLEXÕES SOBRE ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA PARA OS
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

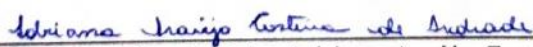
Artigo apresentado como requisito
parcial para a conclusão do Curso de
Licenciatura em Letras a Distância.

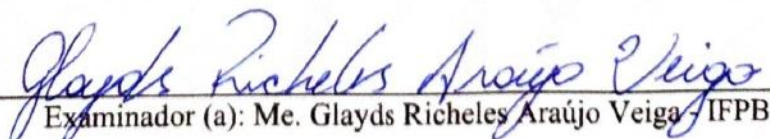
Orientador: Prof (a) Ma. Kaline Brasil
Pereira Nascimento

Aprovado em 10/08/2022

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Ma. Kaline Brasil Pereira Nascimento – IFPB


Examinador (a): Ma. Adriana Araújo Costeira de Andrade - IFPB


Examinador (a): Me. Glayds Richeles Araújo Veiga - IFPB

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Júnior por ter acreditado em minha capacidade e por me fazer crer que seria possível alcançar lugares antes que eu mesma pudesse imaginar. Aos meus filhos, Ana Júlia e Júlio César, por serem minha maior fonte de força e inspiração. A toda minha família pelo carinho, força e incentivo.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus que é e sempre será meu porto seguro, a quem confio toda a minha vida.

A meu amado esposo – Edinaldo Júnior – pelo estímulo e encorajamento na busca da tão sonhada graduação em Letras. Se hoje estou realizando esse sonho, agradeço demais por sua confiança e incentivo e por me mostrar que tenho força e capacidade para iniciar e finalizar qualquer trabalho acadêmico.

Aos meus filhos – Ana Júlia e Júlio César – fonte de inspiração e força nessa caminhada surpreendente e gratificante que a vida nos proporciona.

Aos meus familiares: meus pais – Ediza e Sebastião - e irmãos pela confiança e incentivo e, em especial, a minha sobrinha - Roberta - que esteve sempre comigo, disponibilizando seu tempo para me ajudar para que eu pudesse prosseguir.

A minha amiga de curso – Francisca Dalva - pelas trocas de experiências, compartilhando descobertas e aprendizado durante o curso.

A minha orientadora – Kaline Brasil - que com paciência, dedicação e competência me auxiliou através de seu conhecimento nessa difícil, porém muito recompensante, missão de finalização de trabalho de conclusão de curso.

A todos vocês, minha profunda gratidão.

“Se uma pessoa não pode aprender da maneira que é ensinada, é melhor ensiná-la da maneira que pode aprender.” Marion Welchmann

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os principais desafios de acessibilidade arquitetônica de alunos com deficiência, além de discutir possibilidades diante desses desafios. Para isso, este trabalho aborda o significado e o alcance da ideia da inclusão, define a acessibilidade e suas implicações na qualidade do ensino inclusivo, apresenta os principais desafios de acessibilidade arquitetônica para as escolas e de que forma esses podem ser contornados. Encaminha-se, assim, a análise das adaptações voltadas para a acessibilidade como fator de inclusão, a partir do foco em aspectos estruturais. Através de pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva, o estudo desenvolve uma análise cujos resultados indicam que, para garantir a inclusão verdadeira, é necessária uma preocupação constante no tocante à entrada e permanência do aluno com deficiência ao ambiente escolar. Sobre acessibilidade nas escolas consideramos as afirmações de Beyer (2010), Carneiro (2011), Carvalho (2012), Dotti (2013), Giacomini (2010) e Gomes (2013). Sendo assim, proporcionar acesso aos mais variados ambientes, tais como áreas de recreação, cantina, biblioteca, dentre os diversos ambientes escolares, é uma manifestação fundamental da acessibilidade para a experiência de aprendizagem dos alunos com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Inclusão. Acessibilidade. Adaptações.

ABSTRACT

The main objective of this paper is to analyze the challenges of architectural accessibility for students with disabilities, besides discussing possibilities in the face of these challenges. It addresses the meaning and scope of the idea of inclusion, defines accessibility and its implications for the quality of inclusive education, presents the main accessibility challenges for schools and how to overcome these. Thus, the analysis of physical and structural adaptations aimed at accessibility as a factor of inclusion. Through bibliographical, qualitative, and descriptive research, the study develops an analysis whose results indicate that to guarantee true inclusion, a constant concern considering entrance and maintenance of the student with disability in school is necessary. Therefore, promoting access to the most varied environments, such as recreation areas, canteen, library, among other school environments, is a fundamental manifestation of accessibility for the learning experience of students with disabilities.

KEY WORDS: Education. Inclusion. Accessibility. Adaptations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Igualdade <i>versus</i> Equidade	16
Figura 2 – Rampa e corrimão ...	20
Figura 3 – Piso tátil ...	20
Figura 4 - Acessibilidade Arquitetônica...	21

INTRODUÇÃO

É importante compreender que o direito à educação é universal e, por esse caráter de universalidade, não contempla exceções ou distinções de qualquer natureza. É, por isso, um direito que deve ser assegurado a todos, em equidade de condições, e desenvolvido de forma qualitativa, voltando-se para a maximização das potencialidades dos sujeitos aprendizes em sua plenitude, sua independência e autonomia, conforme expressa o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Cabe também às escolas, nesse contexto, enfrentar os obstáculos e contornar as dificuldades para oferecerem possibilidades para o crescimento pessoal, social e profissional dos alunos, adaptando-se para receber a todos, responsabilizando-se por promover sua integração, inclusão e acessibilidade, proporcionando-lhes superar limitações e buscando sua formação como cidadãos.

Assim, falar em acessibilidade como fator de inclusão escolar equivale a falar em equidade de acesso, permanência e oportunidades de estar, permanecer e aprender no ensino regular. A criação de situações de ensino, programas e ferramentas educativas acessíveis torna possível a todos os alunos o acesso à educação e à formação integral, que corresponde ao seu direito de desenvolvimento e independência pessoal. Para que essa formação aconteça com êxito, a acessibilidade é essencial à inclusão, devendo ser realizados os ajustes necessários, em razão das necessidades individuais, facilitando a adoção de medidas personalizadas e efetivas para favorecer o processo inclusivo, assegurando a todos o alcance do máximo desenvolvimento possível.

Em contrapartida, a falta de acessibilidade no ambiente educacional é um fator limitante no desenvolvimento intelectual e social de alunos com deficiência e pode acompanhá-los desde a educação básica até o ensino superior. Um caso real da dificuldade enfrentada por esses estudantes pode ser representado pelo relato de uma universitária cadeirante da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Conforme relatado, a discente necessitou enfrentar um grande desafio após ser aprovada no vestibular.

Segundo a estudante, ao chegar no ambiente acadêmico deparou-se com o despreparo arquitetônico da instituição para recebê-la, uma vez que a largura da porta da sala de aula impedia a passagem da cadeira de rodas, além da falta de rampas em diversos locais do campus que impossibilitava sua livre circulação. A chegada da estudante ao ambiente ocasionou uma mudança na estrutura que, na verdade, já deveria existir, a fim de promover inclusão às

necessidades de todos.

Tendo em vista essas questões, este estudo trata do tema da acessibilidade como fator de inclusão e busca responder ao problema: Quais as principais dificuldades de acessibilidade arquitetônica enfrentadas por alunos com deficiência no contexto escolar? De que forma a escola pode promover a inclusão de pessoas com deficiência, no tocante ao aspecto estrutural, tendo em vista as dificuldades discutidas?

Diante dessas considerações, justifica-se a importância do tema, haja vista que reflete sobre o fato de que toda a escola precisa estar envolvida no processo inclusivo, sendo a acessibilidade essencial para favorecer autonomia aos alunos, atendendo às diferenças e especificidades dos alunos com deficiência.

A partir da ótica apresentada, o objetivo geral do estudo é analisar os desafios da acessibilidade arquitetônica escolar mais comuns, bem como as possibilidades diante desses desafios para que a inclusão de alunos com deficiência efetivamente ocorra. Os objetivos específicos são: a) compreender o significado de acessibilidade arquitetônica e suas implicações na qualidade do ensino inclusivo; e b) apresentar os principais desafios da acessibilidade arquitetônica para as escolas e discutir sobre caminhos para que esses desafios sejam contornados.

A metodologia do estudo classifica-se como bibliográfica, que segundo Fontelles (2009), se faz necessária para a busca fundamentada de informações, em obras que contribuam com a explicação dos fenômenos estudados. As obras utilizadas foram materiais já publicados, constituídos principalmente de livros, artigos de periódicos e material disponibilizado na Internet.

Quanto à abordagem, classifica-se como pesquisa qualitativa, que permite a obtenção de informações a partir de fontes confiáveis, selecionando os dados encontrados para a resolução do problema de pesquisa (FONTELLES *et al*, 2009). Trata-se, também, de uma pesquisa descritiva, pois, através dela, é possível observar, registrar e descrever as características do fenômeno aqui analisado, buscando as relações entre as variáveis analisadas.

O estudo se desenvolve a partir de três pontos, que seguem os objetivos específicos. O primeiro considera a ideia da inclusão e seu significado. O segundo trata da acessibilidade e de seu alcance quanto à qualidade do ensino inclusivo. O terceiro, por fim, aborda os desafios da acessibilidade escolar e as possibilidades diante desses desafios, analisando as adaptações físicas e estruturais voltadas para a acessibilidade como fator de inclusão, abrangendo desde questões arquitetônicas até a acessibilidade educativa.

Por fim, no ponto de conclusão serão apresentadas as considerações finais alcançadas a partir da abordagem e análise de cada um dos objetivos propostos.

1 INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

1.1 INCLUSÃO: CONCEITO E OUTROS ASPECTOS

Conforme registrado no dicionário Aurélio (2002), a palavra inclusão origina-se da palavra latim *Includere*, o prefixo *In* é traduzido como “em” enquanto o radical *Claudere* refere-se a “fechar, inserir, rodear”. Assim, a palavra inclusão pode ser entendida como o ato de inserir aquilo que até então estava fora de determinado contexto. Para além do sentido apresentado, a inclusão da pessoa com deficiência se dá quando, além de incluir o indivíduo em determinado contexto, busca-se também proporcionar condições favoráveis que possibilitem o acesso a serviços e direitos básicos de maneira equânime às pessoas não portadoras de deficiência.

A ideia de inclusão educativa surgiu de condições históricas, de marcos legais e de decisões políticas que contemplaram as formas culturais vigentes na sociedade, refutando as condições educacionais segregadoras e desiguais a que as pessoas com deficiências estiveram condicionadas ao longo dos anos.

Nesse sentido, assinala Gomes (2013) que mais especificamente na escola, essa ideia contempla a importância de estender a todos, sem distinções, o direito à educação de qualidade, adaptada às necessidades individuais, colaborativas, realizadas em um espaço de convivência, acolhimento e aceitação.

Essa ideia, na realidade brasileira, encontrou respaldo nas políticas públicas pensadas no sentido de democratizar a educação, considerando a evolução dos parâmetros e das ideias de promover uma educação que preconize a igualdade, contemplando as demandas de movimentos sociais e políticos, dando origem a leis e a ações políticas cujo objetivo é garantir efetivamente práticas inclusivas no ensino regular. (GOMES, 2013).

A inclusão de pessoas com deficiência na escola regular corresponde a mudanças profundas no sistema educacional. Segundo Dotti (2013), essas mudanças se referem à adaptação das escolas em termos de acessibilidade e de materiais, mas, sobretudo, de

reorganização dos currículos e do trabalho pedagógico, contemplando as necessidades de alunos com deficiência para promover o acesso de todos à aprendizagem e à formação.

Em contraponto à ideia da exclusão escolar – ou ainda à pseudo inclusão -, a educação inclusiva objetiva oferecer um ensino interativo, participativo, dinâmico e construtivo. Seus fundamentos, segundo Silva Filho e Barbosa (2015), se relacionam à valorização da diversidade e à ruptura dos valores tradicionais do ensino e da aprendizagem, rompendo com necessidades únicas curriculares e estabelecendo novas diretrizes para a construção e reprodução do conhecimento.

Para que isso ocorra, é indispensável que a escola regular seja ambiente acessível para todos, pois como Dotti (2013, p. 17) observa, a educação inclusiva não pode ser concebida com foco na ideia de um sistema educacional especializado à parte do sistema regular, mas deve pensada sob a ótica de “metodologias, recursos e conhecimentos mobilizados pela escola para atender à diversidade de seu alunado”.

As políticas, os recursos, as iniciativas de conscientização da sociedade para o valor da inclusão, os investimentos para sua viabilização no âmbito da escola regular, dentro dessa perspectiva, demonstram que houve avanços importantes na consideração do valor das diferenças. A ideia da distinção e do reconhecimento da diferença para garantir a igualdade corresponde também à afirmativa de Domingos (2013) de que pessoas com deficiência possuem necessidades educativas diferenciadas, apresentam maiores dificuldades do que os demais para compreender, realizar as inferências necessárias e/ou fixar aprendizagens determinadas no currículo.

Assim, segundo Roldão (2013), a adaptação educativa fundamental envolve adequação às circunstâncias de cada indivíduo, na busca pela promoção da educação personalizada, individualizada, com atenção à diversidade. Isso se traduz na oferta diferenciada de escolarização livre de discriminações e de exclusões.

Contudo, para Simão e Simão (2010), o sistema educacional deve refletir sobre quais procedimentos deve utilizar para acolher e ensinar igualmente pessoas com ou sem deficiências, tanto alunos típicos como atípicos, de forma que recebam ensino com qualidade e em condições de equidade para aprender. O resultado das ações educativas, das práticas pedagógicas e dos sistemas de apoio depende dessa reflexão.

Por conseguinte, a educação deve ser garantida a todos os cidadãos com o princípio da isonomia e, ainda, deve possuir ferramentas e condições que possibilitem o acesso pleno a esse direito às pessoas com deficiência de forma a adaptar-se às necessidades desses

indivíduos, respeitando o conceito de equidade. A imagem que segue ilustra a diferença entre igualdade e equidade - o que explica o uso da palavra equidade nesta pesquisa.



Figura 1: Igualdade *versus* Equidade

Disponível em:

[https://cdn.falauniversidades.com.br/wp-content/uploads/2020/04/28154203/D191965 C-B315-49B6-AD05-731194AEC142.jpeg](https://cdn.falauniversidades.com.br/wp-content/uploads/2020/04/28154203/D191965-C-B315-49B6-AD05-731194AEC142.jpeg). Acesso em 18/12/2021

Descrição da imagem: A imagem acima representa uma corrida de ciclistas dividida em dois momentos: o primeiro identificado como igualdade e o segundo como equidade. No primeiro momento, observa-se que todos os ciclistas (um cadeirante, um homem alto, uma mulher baixa, uma criança) possuem a mesma bicicleta. No segundo momento, observa-se que os ciclistas têm bicicletas adaptadas às suas características específicas..

Como pode ser visualizado na Figura 1, a igualdade acontece quando são fornecidos a todos os indivíduos os mesmos meios e ferramentas independentemente de suas circunstâncias. Por outro lado, a equidade se dá quando instrumentos são fornecidos aos indivíduos a partir de suas realidades específicas. No contexto escolar, isso implica apresentar aos alunos com deficiência condições que viabilizem o acesso adequado ao ensino de modo a considerar suas necessidades.

Tendo tratado do conceito de inclusão, seguiremos para reflexões especificamente sobre a questão da acessibilidade.

1.2 A ACESSIBILIDADE E SUAS MÚLTIPLAS FACES

Segundo o Dicionário Online de Português, “acessibilidade” significa: “propriedade do material confeccionado para que qualquer pessoa tenha acesso, consiga ver, usar, compreender; diz-se, principalmente, do material que se destina à inclusão social de pessoas com alguma deficiência”.

Entretanto, compreendemos que a palavra dicionarizada não seja suficiente para traduzir o sentido de acessibilidade dialogada ao aspecto da inclusão, ao qual nos referimos aqui. A ideia de acessibilidade é ampla, pois, conforme Mantoan (2015), se circunscreve a um amplo sistema em que devem estar incluídas as rotas e vias de acesso, sinalizações e outros elementos necessários para o adequado ingresso de seus usuários, além do componente educacional, envolvendo currículo, prática pedagógica e qualidade das intervenções didático-pedagógicas.

Portanto, consideramos os 7 tipos de acessibilidade apresentadas por Freitas (2020), a saber:

- a) Acessibilidade atitudinal: está relacionada com a forma como a pessoa com deficiência é vista e tratada socialmente, buscando combater preconceitos e discriminações direcionadas a pessoas com deficiência.
- b) Acessibilidade arquitetônica: se refere à adaptação dos ambientes, públicos ou privados, tanto pela remoção de barreiras físicas quanto pelo acréscimo de ferramentas de acessibilidade como corrimãos e piso tátil.
- c) Acessibilidade metodológica ou pedagógica: diz respeito ao uso de recursos de acessibilidade para alunos com deficiência com o intuito de remover barreiras nas metodologias de ensino.
- d) Acessibilidade instrumental: objetiva superar barreiras em materiais e dispositivos de estudo no ambiente escolar, bem como, promover acessibilidade em atividades profissionais, de recreação e lazer.
- e) Acessibilidade programática: está relacionada à formulação e aplicação de normas, leis, regulamentos e regras responsáveis por assegurar os direitos e o respeito às necessidades das pessoas com deficiência. Como um importante exemplo cita-se a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira da Inclusão (LBI), ou a Convenção da ONU sobre Direitos da Pessoa com Deficiência.
- f) Acessibilidade nas comunicações: tem o objetivo de garantir o acesso integral aos

meios de comunicação, ou seja, prevê o alcance à comunicação interpessoal, comunicação escrita e comunicação virtual.

- g) Acessibilidade natural: refere-se à remoção de barreiras impostas pela natureza, como vegetação irregular, ou uma calçada repleta de árvores.

Diante dos tipos de acessibilidade acima trabalhados, entendemos que as barreiras impostas à acessibilidade não se referem apenas a barreiras físicas, mas também educacionais e socioculturais. Os projetos e planejamentos curriculares nem sempre são pensados em função de alunos incluídos e a prática educativa, por vezes, não considera as circunstâncias particulares desses alunos.

Apesar da inclusão não ser uma tarefa fácil e apresentar-se como desafio à escola para a realidade escolar, a acessibilidade é uma de suas garantias mais importantes e definitivas. Diante disso, cabe à escola promover e garantir todas as condições de acessibilidade, ou seja, a “promoção de meios que façam com que as desvantagens e as desigualdades sejam tratadas como oportunidades e não como empecilhos”(CARVALHO, 2012, p. 7).

Portanto, faz parte das atribuições da escola encarar a individualidade dos alunos como oportunidade de potencializar a aquisição de conhecimentos. Baseando-se nesse aspecto, Glat (2012) observa que essa realidade deve ser construída através de um ambiente de aprendizagem escolar que tenha altas expectativas nos alunos, que seja seguro, acolhedor e agradável.

Embora a ideia de acessibilidade seja ampla, como vimos, aqui, focaremos especificamente na Acessibilidade Arquitetônica, haja vista que este espaço não seria suficiente para discutir, de modo aprofundado, acerca de todas as possibilidades e interpretações de acessibilidade. Ademais, as barreiras arquitetônicas constituem um dos principais empecilhos para o acesso integral ao ambiente escolar por alunos com deficiência, tendo em vista que ainda existem muitas escolas que sofrem a falta das devidas adaptações físicas necessárias para recebê-los. Ainda, ressalta-se que as modificações do ambiente escolar demandam tempo e por isso devem ser discutidas com urgência.

1.3 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UM ENSINO INCLUSIVO

Pensando inicialmente nos vários ambientes frequentados pelos alunos em seu dia-a-

dia, Carneiro (2011) observa que, de um modo geral, no meio urbanístico, podem ser suprimidas as barreiras da rede viária (rebaixamento de meios-fios em calçadas, pavimentação com revestimentos regulares não escorregadios e rampas de acesso ou elevadores quando houver degraus ou escadas). Também podem ser suprimidas as barreiras do equipamento urbano (evitar ou suprimir barreiras em parques, jardins e pátios) e barreiras do mobiliário (colocação de lixeiras, bancos, sinalização à altura adequada e que não dificultem a visualização, facilitando, assim, o deslocamento etc.).

O meio arquitetônico apresenta barreiras tanto em prédios de uso público como privado. Quanto ao acesso, requer-se que as entradas sejam fáceis de encontrar, de abrir, de atravessar (rampas ao invés de escadas - ou além das escadas, portas com largura suficiente etc.) para todos, portadores ou não de deficiências, com limitações de deslocamento ou dificuldades visuais (CARNEIRO, 2011).

Compreendendo o fato de que o aluno com deficiência já enfrenta muitos desses desafios em contextos diversos, como bancos, lojas, restaurantes, parques, dentre outros, faz-se necessário refletir criticamente para que tais barreiras não se repitam no ambiente escolar. Por essa razão, aqui refletimos sobre esses percalços já enfrentados no cotidiano de pessoas com deficiência, no tocante à estrutura arquitetônica e discutimos sobre como os mesmos podem ser contornados no espaço escolar.

Resumindo as limitações físicas mais frequentes que podem afetar a uma pessoa de modo temporário ou permanente, Carneiro (2011) cita:

- a) A impossibilidade de ingressar em diferentes espaços e ter a mobilidade adequada.
- b) Desníveis ou obstáculos que impedem que as pessoas percorram espaços, impedindo sua circulação e capacidade de deslocamento seguro.
- c) Dificuldades impostas para que a pessoa possa alcançar os objetos de que necessita.
- d) Dificuldades impostas por barreiras à realização de movimentos precisos como, por exemplo, o uso das mãos.
- e) Empecilhos à percepção, que impedem que a pessoa utilize suas habilidades sensoriais, impedindo assim que se mova de maneira independente.

Em consonância com isso, Beyer (2010) enfatiza, em suas palavras, a necessidade de adaptações arquitetônicas, pois os prédios escolares, tradicionalmente, apresentam barreiras importantes para alunos com deficiência e as adaptações voltadas à acessibilidade ainda são

poucas e muitas são superficiais. Embora tenham se passado mais de dez anos desde a fala de Beyer, percebe-se na vivência escolar que muitas realidades ainda não atentaram para a relevância da acessibilidade, visto que, diversos alunos com deficiência continuam enfrentando dificuldades diante da falta de mobilidade.

No que se refere ao movimento interior, Beyer (2010) comenta que é preciso observar se são necessárias portas, corredores e salas com dimensões adequadas para circular e manobrar cadeiras de rodas, por exemplo, banheiros adaptados, corrimões, etc. quanto ao transporte, afirma que os ônibus escolares devem ser acessíveis, contando com plataformas elevadoras e fixadores para cadeiras de rodas, cintos de segurança adaptados. Nas imagens abaixo, vemos duas das adaptações mencionadas:

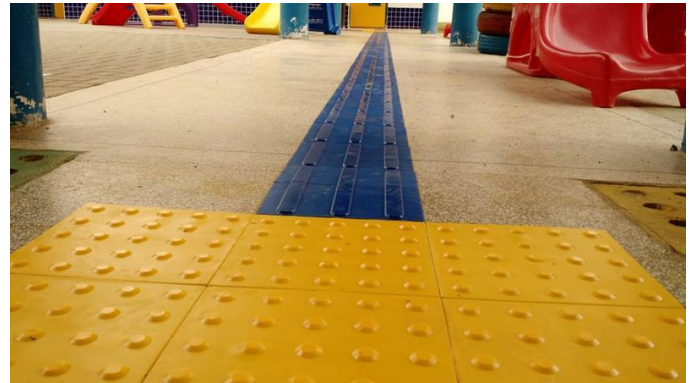
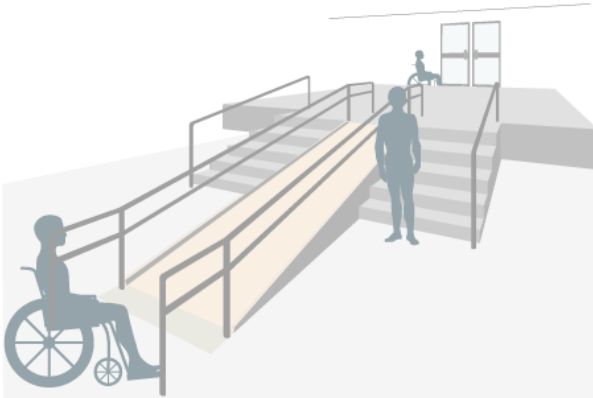


Figura 2: rampa e corrimão

Fonte: <https://blog.e-inscricao.com/wp-content/uploads/2020/01/4fbf8e5ea1ce89e8e92cf4512b070826e81fa1b9e6704.png>

Figura 3: piso tátil

Fonte: <https://www.magazineluiza.com.br/piso-tatil-pvc-25-x-25-cm-alerta-10-pecas-wat-acessibilidade/p/ab5a298bd3/cj/cspi/>

Descrição das imagens: A primeira imagem mostra uma entrada com escadas e rampa. Há um cadeirante prestes a entrar no ambiente. A segunda imagem mostra o piso tátil.

Assim, alguns dos recursos que podem ser utilizados para suprimir as barreiras arquitetônicas nas escolas, segundo Carneiro (2011), são:

- a) instalação de elevadores em escolas com dois ou mais andares;
- b) colocação de rampas não escorregadias;
- c) colocação de plataformas elevadoras para cadeiras de rodas;
- d) instalação de barras fixas e corrimões.

Carneiro (2011) também observa que são abundantes nas escolas barreiras que dificultam a acessibilidade para alunos com deficiências, já que estas, tradicionalmente,

foram construídas e pensadas para acolher alunos sem deficiências. A análise da acessibilidade deve passar pela consideração de itens tais como a largura dos corredores e das áreas de circulação, a existência ou não de rampas para a entrada e para as salas, bem como para os banheiros e demais salas de uso comum, adaptações nos sanitários, barras de apoio, pisos antiderrapantes e táteis, a existência de desníveis, etc. A imagem abaixo ilustra de modo claro a importância dessas adaptações:



Figura 4: Acessibilidade Arquitetônica

Disponível em: <http://www.guiadoeducadorinclusivo.org.br/capitulos/capitulo-7>

Acesso em 02/05/2022

Na ilustração observa-se, em primeiro plano, dois meninos uniformizados, um deles diz: “quero que você conheça a escola! A sua direita fica a quadra de esportes e a sua esquerda, a sala de vídeos!”. O outro menino utiliza óculos escuros e bengala guia, dizendo: “com audiodescrição entendo melhor os filmes e posso conhecer mais os lugares!”. Em segundo plano, observa-se um cadeirante sendo guiado por outra pessoa.

A partir da Figura 2, pode-se perceber a importância da acessibilidade no cotidiano escolar, pois, através dela é permitida a liberdade de locomoção, proporcionando autonomia e segurança aos alunos. Ainda, é possível observar a participação da equipe e demais alunos no processo de inclusão, sendo todos responsáveis por garantir a completa aderência da pessoa com necessidades especiais aos diversos espaços que compõem o ambiente escolar e as atividades neles desenvolvidas.

Sendo assim, implementar ações que garantam a acessibilidade física exige a revisão de alguns princípios vinculados a esse tema, pois, conforme Giacomini *et al* (2010), as atividades realizadas pelas pessoas possuem dois componentes, os quais se aplicam aos contextos escolares: o deslocamento, ou traslado até o destino ou objeto de interesse e; o uso

dado a cada sala ou local da instituição escolar, ou seja, as ações que são executadas em determinado espaço. É desejável que o deslocamento e o uso das instalações da escola permitam o máximo aproveitamento do que o espaço oferece.

Naturalmente as barreiras físicas-arquitetônicas presentes no desenho de trajetos limitam o alcance desses componentes. Quando se avalia a acessibilidade física, é importante considerar as necessidades atuais e futuras apresentadas pelos usuários da escola. (GIACOMINI *et al.*, 2010).

Segundo Carneiro (2011), pode ser complexo projetar as futuras necessidades no espaço físico, devido à diversidade de atividades que podem ser desenvolvidas e das pessoas que delas participam. Aconselha, nesse sentido, utilizar indicadores funcionais como critérios para realizar a avaliação das instituições escolares, tais como: que uma atividade possa ser realizada por pessoas sentadas, sem necessidade de movimentação constante, prescindindo de habilidades motoras finas, como, por exemplo, ao utilizar interruptores; que essas atividades possam ser realizadas sem um sentido básico, como a visão ou a audição, por exemplo.

Quanto ao acesso, é preciso que as entradas sejam fáceis de encontrar, de abrir, de atravessar (rampas, além das escadas, portas com largura suficiente...) para todos os alunos com ou sem deficiências, com limitações de deslocamento ou dificuldades visuais. (CARNEIRO, 2011).

Especificamente sobre os recursos passíveis de serem utilizados para suprimir as barreiras arquitetônicas nas escolas, Giacomini et al (2010) sugerem alguns exemplos:

- a) instalação de elevadores em escolas com dois ou mais andares;
- b) colocação de rampas não escorregadias;
- c) colocação de plataformas elevadoras para cadeiras de rodas;
- d) instalação de barras fixas e corrimões

Giacomini *et al* (2010) comentam que convém que a escola, desde a sua entrada principal, permita que alunos com deficiência exerçam seu direito de livre trânsito, em razão do qual deve ser eliminada toda e qualquer barreira que impeça o exercício desse direito.

Também para Beyer (2010), a instituição educativa deve ser considerada a partir de um paradigma ecológico, isto é, o ambiente escolar que proporciona uma riqueza de estímulos, os quais incidem na aprendizagem, que transcendem os materiais educativos e o ensinamento proporcionado. A escola deve ser percebida como um todo, um ambiente educativo global,

um organismo vital e, portanto, entre todos os que a compõem deve haver dialogicidade que leve à inclusão.

Como indicam Giacomini *et al* (2010), o espaço no qual ocorrem processo de ensino e de aprendizagem é mais que seu mero continente físico, pois os estímulos que transmite incidem na qualidade do próprio processo. É preciso considerar, em relação à acessibilidade na infraestrutura educativa que esta está intimamente relacionada com a qualidade. Se todas as pessoas participarem do mesmo propósito inclusivo, pode-se afirmar que se favorece uma maior integração e se torna possível que se manifeste um maior aproveitamento dos espaços para realizar atividades diversas. Supera-se, assim, a imagem da escola como instituição que funciona unicamente para a reprodução do currículo.

Como também comenta Beyer (2010), a qualidade é também a utilização eficiente dos recursos e, em muitos locais, a escola é capaz de promover as condições necessárias para a cultura, o lazer e o esporte. É necessário, então, que o espaço escolar se converta em centro da vida sociocultural, colocando os seus recursos à disposição de todos: bibliotecas, instalações esportivas, salões e outros serviços, tanto escolares como comunitários, que são suscetíveis de melhor aproveitamento e, nesse sentido, a acessibilidade arquitetônica faz toda a diferença para que o acesso a esses ambientes aconteça, de modo concreto.

Por essa razão, as políticas inclusivas concordam com o princípio de que toda pessoa tem direito a usufruir do acesso aos ambientes, às ações, às práticas culturais, econômicas e políticas que se organizam socialmente. (SIMÃO; SIMÃO, 2010).

Tendo discutido aspectos pertinentes da acessibilidade arquitetônica, a respeito dos desafios e caminhos possíveis, apresentaremos agora nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou alcançar o objetivo de analisar os desafios da acessibilidade arquitetônica para que a inclusão de alunos com deficiência efetivamente ocorra, além de apontar possibilidades para criação de um ambiente escolar adaptado às necessidades dos alunos.

Inicialmente, tratou do significado e do alcance da ideia da inclusão, sendo possível afirmar que a inclusão vai além de matricular o aluno com deficiência na escola regular, mas também prover maneiras de esse aluno ter acesso às mais diversas possibilidades de ensino-aprendizagem. Além disso, evidenciam o reconhecimento das múltiplas dimensões e

possibilidades da inclusão, materializando-se em avanços importantes na contemplação dos direitos das pessoas com deficiência.

A partir dessas ideias, foram abordadas as implicações da acessibilidade na qualidade do ensino inclusivo. Nesse aspecto foram observadas as adaptações necessárias e as questões prementes, em relação aos modelos arquitetônicos que tradicionalmente caracterizam as escolas.

Conclui-se, portanto, que o atendimento à questão da acessibilidade é uma forma de facilitar o acesso, de potencializar as experiências e de promover o desenvolvimento de formas de convívio, comunicação, socialização, orientação, aprendizagens adequadas às limitações e às potencialidades dos alunos com deficiência e, por extensão, de todos os alunos.

Analisando os desafios da acessibilidade arquitetônica na escola, chegamos à conclusão de que os principais percalços são: a impossibilidade de ingressar em diferentes espaços, as dificuldades para que essas pessoas possam alcançar os objetos de que necessitam e para que possam participar ativamente das atividades desenvolvidas nesses espaços, tendo em vista a presença frequente de desníveis ou obstáculos que impedem a mobilidade adequada.

No enfrentamento desses desafios pela escola inclusiva, ao adaptar-se arquitetonicamente, para promover condições de acessibilidade aos alunos com deficiência, a escola habilita-se a viver a experiência de uma verdadeira comunidade educacional.

Desta forma, a escola inclusiva é aquela onde existe o acolhimento, a solidariedade, a diversidade, o respeito, a compreensão aos direitos humanos, que compreende, nas suas ações e em seus espaços, dignidade, a construção da identidade, da cidadania e a organização de uma comunidade justa, respeitosa e solidária. Todos esses aspectos são também manifestados quando o aluno consegue acessar, de modo inclusivo, os ambientes necessários para que o ensino-aprendizagem ocorra.

Em relação às perspectivas abertas por este estudo, compreende-se a necessidade de aprofundar outras reflexões sobre a inclusão, especialmente no que se refere à formação - inicial e continuada - de professores, de forma que os mesmos sejam expostos a pensar sobre essa realidade antes mesmo de vivenciá-la. Ademais, ainda que não tenha sido o foco deste trabalho, entendemos que há necessidade de se pensar nos demais tipos de acessibilidade, incluindo-se acessibilidade atitudinal, pedagógica, instrumental, programática, entre outros tipos, uma vez que, para garantir os direitos dos alunos com deficiência é fundamental democratizar o acesso aos mais diversos ambientes, ferramentas e conhecimentos, bem como é importante combater todas as barreiras responsáveis por limitar sua liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACESSIBILIDADE. In.: Dicio, **Dicionário Online** de Português. Porto: 7 graus. 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acessibilidade/> . Acesso em: 22/02/2022.
- BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: alunos com necessidades educacionais especiais. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- CARNEIRO, Moaci Alves. Acesso de aluno com deficiência às escolas. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CARVALHO, Maria de Fátima. **Conhecimento e vida na escola**: convivendo com as diferenças. 2 ed. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2012.
- DOMINGOS, Marisa Aparecida. **A escola como espaço de inclusão**: sentidos e significados produzidos por alunos e professores no cotidiano de uma escola do sistema regular de ensino a partir da inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2013. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_Domingos_MA_1.pdf. Acesso em 3 nov 2021.
- DOTTI, Corina Michelon. **Diversidade e inclusão**: reconfiguração da prática pedagógica. 12 ed. Caxias do Sul: EducS, 2013.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **O mini dicionário da língua portuguesa**. 4ª edição revista e ampliada do mini dicionário Aurélio. 7ª impressão – Rio de Janeiro, 2002.
- FONTELLES, Mauro José; SIMÕES, Marilda Garcia; FARIAS, Samantha Hasegawa; FONTELLES, Renata Garcia Simões. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.
- FREITAS, Fernando. Conheça 7 tipos de acessibilidade para tornar nossa sociedade mais inclusiva. **Fundação Dorina Will para cegos**, 30 de março de 2020. Disponível em: <http://fundacaodorina.org.br/blog/sete-tipos-de-acessibilidade/>. Acesso em: 10/03/2022.
- GIACOMINI, Lilia; SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia Reckziegel. Orientação de mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial. Brasília, MEC, Universidade Federal do Ceará, 2010.
- GLAT, Rosana. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. 2 ed. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.
- GOMES, Márcio. **Construindo trilhas para a inclusão**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

Igualdade **versus** **Equidade.** Disponível

em:

<https://cdn.falauniversidades.com.br/wp-content/uploads/2020/04/28154203/D191965C-B315-49B6-AD05-731194AEC142.jpeg>. Acesso em 18/12/2021

MANTOAN, Maria Teresa Édler. **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 1948. Disponível

em:

<<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 8 dez. 2021.

ROLDÃO, Maria do Céu. Diferenciação curricular e inclusão. In RODRIGUES, David (org.) **Perspectivas sobre a Inclusão: da educação à sociedade.** 2 ed. Porto: Porto Editora, 2013, p. 85-99.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa da; BARBOSA, Elma do Socorro Coutinho. Educação Especial: da prática pedagógica à perspectiva da inclusão. **Educação Por Escrito,** Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 353-368, jul./dez. 2015.

SIMÃO, Antoinette; SIMÃO, Flávia. **Inclusão: Educação Especial – Educação Essencial.** São Paulo: Livro Ponto, 2010

